

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 795 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1999

Congresso aprova MP que ajuda a fazer o ajuste fiscal

Entre as quatro medidas votadas ontem, está a que altera regras do Imposto de Renda e acaba com dedução das despesas com juros da base de cálculo da Contribuição sobre o Lucro Líquido das empresas



A medida provisória que alterou regras do Imposto de Renda, taxando ganhos obtidos em paraísos fiscais, foi aprovada pelo Congresso por 355 votos contra 113

O Congresso Nacional decidiu ontem modificar regras do Imposto de Renda e aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro, dentro do esforço de promover o ajuste fiscal. As alterações estão previstas em uma das quatro medidas provisórias aprovadas pelo plenário. Duas outras medidas prevêem a criação da Agência Nacional de Vi-

gilância Sanitária e a cobrança de taxas processuais das empresas que venham a ter contratos analisados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A quarta MP altera a base de cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). "A vitória não foi do governo, mas do país", avaliou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINAS 3 E 4

DEBATE

Mudança no câmbio é tema do plenário

O senador Geraldo Melo disse ontem, durante debate no plenário do Senado sobre a desvalorização do real, que as lideranças políticas do país devem estar à altura da crise que o Brasil enfrenta. O senador Eduardo Suplicy avaliou que, a partir de ontem, a política monetária ca-

minha "em uma direção mais saudável". A oposição foi acusada pelo senador Edison Lobão de pregar a "desgraça total" do país. E o senador Ney Suassuna garantiu que o PMDB estará ao lado do presidente Fernando Henrique Cardoso para enfrentar as dificuldades econômicas.

PÁGINAS 6 E 7



Foi realizada ontem, no Salão Negro do Congresso, missa em memória da ex-deputada Ceci Cunha, assassinada em Alagoas no final do ano passado. No plenário do Senado, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e vários outros parlamentares cobraram o imediato esclarecimento do crime e a punição dos responsáveis pela morte de Ceci.

PÁGINA 9

COMISSÕES

CAS

Projeto que barateia remédios recebe parecer favorável

PÁGINA 5

CRE

Transferência de presos inclui Chile e Argentina

PÁGINA 12

Suplicy quer ampliar debate sobre a moratória

Senador reclama que requerimento convidando governadores não foi votado pela CAE por falta de *quorum* e culpa PSDB e PFL. Antonio Carlos Magalhães descarta versão e lembra que Ordem do Dia começou com atraso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou ontem, em plenário, o que chamou de manobras do PFL, do PSDB e da Mesa da Casa para impedir que a Comissão de Assuntos Econômicos votasse seu requerimento convidando o governador Itamar Franco a comparecer ao Senado a fim de explicar suas razões para decretar moratória:

– O Senado não pode ter receio de ouvir Itamar, abrindo mão de sua responsabilidade constitucional de opinar sobre endividamento da União, estados e municípios – enfatizou, fazendo um apelo para que a CAE vote seu requerimento.

Suplicy relatou que, no início da reunião, PFL e PSDB orientaram suas bancadas para não comparecerem à CAE, impedindo que houvesse a presença mínima de senadores para votação. “Em seguida, quando eu já havia convencido mais senadores a irem até a comissão para aprovar o requerimento, articula-

damente, a Mesa começou as votações da Ordem do Dia, inviabilizando o prosseguimento da reunião”, disse ele.

O presidente Antonio Carlos Magalhães negou que o início das votações previstas para ontem, na pauta do Senado, tivesse algo a ver com a votação na CAE. “Antes que o senador Suplicy cometa injustiças, no calor de sua emoção, quero informar ao plenário que a Ordem do Dia começou com 23 minutos de atraso”, enfatizou.

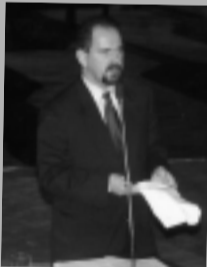
Para Suplicy, a base do governo está enfraquecendo o Senado ao impedir a vinda de governadores para explicar suas dificuldades financeiras. “Precisamos cumprir com nosso dever, que é zelar pelas finanças das três esferas da administração pública. Faço um apelo para que seja retomada a reunião da CAE, depois das votações de plenário, para aprovar o requerimento para ouvir Itamar Franco e outros governadores que queiram vir ao Senado.”



Reunião da CAE, presidida por Pedro Piva (C), não teve *quorum* porque sessão do Congresso ocorreu no mesmo horário

Dutra protesta contra falta de quorum na CAE

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou contra a falta de *quorum* na reunião da CAE. Na avaliação do senador, houve um boicote dos parlamentares da base governista, que não querem que o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, deponha



Dutra acha que episódio significou “confissão de inutilidade da CAE”

na comissão e explique as razões por que cancelou, durante 90 dias, o pagamento das dívidas que o estado tem com o governo federal.

Dutra questionou esta justificativa, alegando que o requerimento que seria votado convida todos os governadores, e não especifica o nome de nenhum em particular:

nenhum do PFL – enumerou Dutra.

Analisando a falta de *quorum* na reunião de ontem, Dutra afirmou que o Congresso, o Senado e, particularmente, a Comissão de Assuntos Econômicos, saem diminuídos em sua importância. Ele disse que o episódio significou quase que uma confissão de inutilidade da própria CAE, dando a entender que só servia para votar pareceres relativos a empréstimos para os estados e governo federal e não para debater os assuntos econômicos de interesse do Brasil:

– Gostaria de alertar as lideranças da maioria desta Casa que, ao adotarem procedimentos desta natureza, se pensam que estão contribuindo com o Brasil ou com o próprio governo, estão enganados. Não há contribuição para o país em qualquer procedimento que signifique o enfraquecimento do Poder Legislativo, do Congresso Nacional e do Senado da República – argumentou o senador.

Lobão justifica ausência e diz que PFL foi ao plenário

O senador Edison Lobão (PFL-MA) atribuiu à necessidade de presença na Ordem do Dia a ausência do PFL na reunião de ontem da CAE que deveria decidir sobre o convite aos governadores para exporem a situação econômica dos seus estados. Lobão sustentou que o PFL estava apenas cumprindo o que dispõe o Regimento Interno do Senado quando não compareceu à reunião.

Ele respondeu às críticas do senador José Eduardo Dutra, que censurou os que não deram *quorum* para a votação do convite aos governadores, referindo-se sobretudo aos integrantes do PFL. Lobão argumentou que no momento em que a CAE se reunia deviam estar reunidas outras comissões do Senado igualmente importantes, como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Nenhuma dessas reuniões se realizou, no relato de Lobão, porque o Regimento Interno exige que os parlamentares se dirijam ao plenário na hora da Ordem do Dia. Ele ainda lembrou que o presidente da Casa, Anto-

nio Carlos Magalhães, esperou 23 minutos antes de iniciar as votações em plenário, a fim de que os parlamentares chegassem para garantir *quorum*.

Lobão destacou a necessidade de oposição numa democracia, dizendo que “uma é condição da outra”, mas observou que o PT não pode ser injusto com o PFL. Lembrou que havia 80 senadores na Casa e sustentou que “não houve um movimento deliberado para impedir que a CAE votasse o requerimento que permitiria a Itamar Franco e a outros governadores virem debater a crise econômica”:

– Sei que o senador José Eduardo Dutra deseja um debate mais aprofundado da questão posta por Itamar Franco – afirmou ainda Lobão, para sustentar que o que o governador de Minas tinha a dizer já o disse exaustivamente pela imprensa. “Não creio que ele tenha mais a dizer. E nada impede a comissão de debater a economia sem a presença de Itamar e dos demais governadores”, argumentou o senador. Também alegou que o PFL não se furta a nenhum debate quando necessário.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h30 - Recebe o deputado William Archer (EUA), acompanhado de missão parlamentar dos Estados Unidos
- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão do segundo turno da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); *PDL nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Brasil e o Chile; e *PDL nº 3/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre o Brasil e a Argentina.

PREVISÃO PARA A SEMANA

- Sexta-feira (15/01/99)
- ▶ 9h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Uma das medidas mais importantes do programa de ajuste fiscal foi aprovada ontem pelo Congresso, por 355 votos favoráveis e 113 contrários

Congresso aprova MP que compensa interrupção da cobrança da CPMF

Relator da matéria, senador Edison Lobão, informou que a medida provisória deverá gerar uma arrecadação de R\$ 2,1 bilhões para o governo federal neste ano

O Congresso Nacional aprovou ontem, por 355 votos favoráveis e 113 contrários, a Medida Provisória nº 1.788/98, que integrou as iniciativas anunciadas no último dia do ano passado pelo governo para obter uma receita de R\$ 5,4 bilhões, dentro do programa de ajuste fiscal para este ano.

Entre outras normas, a MP cria uma alíquota de 25% de imposto de renda para qualquer pessoa ou empresa que obtiver renda de dinheiro aplicado nos chamados "paraísos fiscais". Além disso, a medida provisória equipara empresas importadoras de automóveis aos fabricantes, para efeito de IPI. Na prática, isso significa que subirá o IPI para carros importados.

O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que só essa medida provisória irá gerar uma arrecadação de R\$ 2,1 bilhões para o governo federal neste ano. Destacou ainda que o Congresso tem aprovado todas as propostas do programa de ajuste fiscal do governo, mostrando que os parlamentares não se furtam em ajudar no equilíbrio fiscal da União.

— Com a adoção das medidas fiscais propostas pelo governo, estão sendo criadas as condições para uma redução mais rápida das atuais taxas de juros. Isso concorrerá para a di-

minuição do chamado "risco Brasil", contribuindo para que seja restabelecida a confiança dos investidores internacionais no país — assinalou Edison Lobão.

A MP 1.788 acaba com a isenção de imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital obtidos pelos fundos de investimento imobiliário. Ao mesmo tempo, eleva de 15% para

25% a alíquota de IR na fonte incidente sobre rendimentos do trabalho e prestação de serviços feitos para quem mora no exterior.

O ponto mais polêmico da MP, muito criticado por empresários, acaba com a dedução de despesas financeiras e juros sobre capital próprio para o pagamento, pelas empresas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Só isso, conforme o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), gerará uma arrecadação de quase R\$ 2 bilhões por ano.

Durante os debates, líderes governistas disseram que o governo prometeu o retorno de tal isenção assim que as medidas adicionais de ajuste fiscal anunciadas no final de dezembro gerem uma arrecadação equivalente à perda que será verificada pela União com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A CPMF deixará de ser cobrada após o dia 22 deste mês, só voltando 90 dias depois que o Congresso promulgar a nova contribuição, neste momento em votação no Senado.

A MP 1.788 contém um artigo que beneficia as microempresas, aumentando de R\$ 720 mil para R\$ 1,2 milhão o limite de receita bruta para que possam optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, chamado de Simples.

A MP 1.788...

...**Cria** uma alíquota de 25% no Imposto de Renda (IR) pago sobre rendimentos de operações feitas por brasileiros em "paraísos fiscais".

...**Aumenta** de R\$ 720 mil para R\$ 1,2 milhão o faturamento para que uma empresa possa optar pelo Simples.

...**Equipara** empresa importadora de automóveis a fabricante. Na prática, isto significa aumento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros importados.

...**Acaba** com a dedução das despesas com juros sobre capital próprio na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas.

...**Eleva** de 15% para 25% a alíquota de IR na fonte para os rendimentos de trabalho pagos a quem mora no exterior.

...**Extingue** a isenção de IR nos rendimentos de capital obtidos por Fundos de Investimento Imobiliário.

...**Determina** que qualquer rendimento de aplicação financeira de renda fixa ou de renda variável fica sujeito ao pagamento de Imposto de Renda na fonte.

Cade passará a cobrar taxas por processos e consultas

As empresas com contratos em análise pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) serão obrigadas a pagar taxas processuais. É o que estabelece medida provisória, aprovada ontem pelo Congresso Nacional. Além disso, consultas feitas ao plenário do Cade sobre matéria de direito econômico também estarão sujeitas a cobrança de taxas.

O Cade é a autarquia responsável pela fiscalização de atos que possam limitar a livre concorrência ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços. O governo pretendeu, ao editar a medida provisória, arrecadar recursos que possam custear os serviços prestados pelo órgão.

— A criação de receita própria, diretamente vinculada à modernização e melhor atendimento ao usuário, permitirá ao Cade assegurar sua meta de excelência técnica e decisão em tempo compatível com o ritmo da atividade econômica — justificou o ministro da Justiça e senador licenciado Renan Calheiros. A MP, relatada favoravelmente em plenário pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), fixa as taxas em R\$ 5 mil, no caso das consultas ao Cade, e em R\$ 15 mil, para a tramitação dos processos. No entanto, o texto aprovado no Congresso isenta de cobrança o Ministério Público, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, além das partes que comprovarem insuficiência de recursos.



Nabor Júnior deu parecer favorável à criação das taxas do Cade

Criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Congresso aprovou medida provisória definindo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Acordo de lideranças definiu que nova MP reduzirá as taxas a serem pagas pelas empresas para custear o funcionamento da futura autarquia

O Congresso Nacional aprovou ontem, em sessão presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, a Medida Provisória nº 1.791 que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS).

O novo órgão deve funcionar nos moldes de agências existentes em países desenvolvidos, como a Food and Drug Administration, cuja eficácia é reconhecida tanto pela sociedade norte-americana como por especialistas no assunto. A MP vai agora à promulgação.

Segundo o relator da matéria, deputado Carlos Mosconi (PSDB-MG), foi feito um acordo de lideranças para a redução da taxa de fiscalização de vigilância sanitária, criada por essa MP. Ele anunciou que o governo editará uma nova medida provisória para a fixação de novas taxas.

Pelo artigo 22 da MP aprovada pelos deputados e senadores, um dos componentes da receita da

agência é o produto resultante da arrecadação dessa taxa, que será cobrada de quem exerce atividades de fabricação, distribuição e venda de produtos que envolvam risco à saúde pública.

Entidade contará com independência para agir

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS) terá natureza de autarquia sob regime especial e vai se caracterizar pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e por autonomia financeira.

A administração da agência será regida por um contrato de gestão anual, negociado entre seu diretor-presidente e o ministro da Saúde. A finalidade institucional da ANVS é a coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, o que inclui o controle e a fiscalização de produtos e serviços de interesse da saúde pública.

Isto inclui a coordenação e acompanhamento das ações estaduais e municipais e o exercício da vigilância sanitária em portos, aeroportos e fronteiras. A ANVS terá sob sua regula-

mentação o controle e a fiscalização de todos os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública. Além dos órgãos que compõem sua estrutura, a agência contará também com um organismo colegiado de participação institucionalizada da sociedade, denominado Conselho Consultivo.

Conforme a justificativa da medida provisória, a nova agência foi concebida de acordo com o Plano Diretor de Reforma do Estado, cujo objetivo é substituir o Estado executor pelo Estado regulador. A agência deverá servir para fortalecer a capacidade do poder público de fiscalizar e regulamentar atividades. Com ela, o governo diz querer conferir eficácia e eficiência às ações estatais de regulação e controle de setores vitais da sociedade.



Na sessão do Congresso Nacional, realizada ontem à tarde, todas as quatro medidas provisórias da pauta foram aprovadas pelos parlamentares



Para Antonio Carlos, governo mostrou ter ampla maioria para aprovar o ajuste fiscal

ACM afirma que vitória foi do país

Após a aprovação das Medidas Provisórias nºs 1.790, 1.788, 1.791 e 1.793 ontem, o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, disse que a vitória não foi do governo, mas do país e de cada um dos parlamentares que colocou seu ponto de vista nos debates em plenário.

Para Antonio Carlos, o governo demonstrou que “dispõe de ampla maioria para aprovar o ajuste fiscal e outros projetos que serão votados com o mesmo espírito público demonstrado aqui pelo governo e pela oposição”.

TJLP fica sem efeito da alta dos juros

O Congresso aprovou ontem sem alterações a Medida Provisória nº 1.790/98 que retira da taxa de juros cobrada nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) os efeitos negativos da crise financeira internacional do segundo semestre do ano passado. A instituição só concede financiamentos para investimentos e, com a decisão, o governo quer evitar que o setor produtivo seja onerado por custos financeiros exagerados.

A medida modifica a legislação relativa à Taxa de Juros de Longo Prazo, alterando as datas de divulgação e retirando o limite mínimo de vigência, hoje de três meses. Com a mudança, o Conselho Monetário Nacional passa a ter a atribuição de regular livremente a periodicidade de mudança da taxa.

Ao justificarem a medida provisória, os ministros da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho lembram em sua exposição de motivos que as cotações dos títulos da dívi-

da pública brasileira no exterior tiveram “expressivas reduções de preço”, por causa da crise externa. A cotação de tais títulos tem influência na TJLP e, por isso, o governo decidiu mudar a metodologia de cálculo, beneficiando quem fez empréstimo no BNDES.

Segundo os ministros, as alterações propostas têm caráter de urgência e relevância já que procuram enfrentar um problema – a súbita elevação da TJLP – com reflexos negativos sobre investimentos e produção, e, conseqüentemente, sobre a geração de empregos.

Ainda na justificativa da MP, eles lembram que a TJLP não só estabelece o custo do crédito para empréstimos do BNDES, que é responsável por parte considerável dos investimentos feitos no Brasil, como dos empréstimos do Proger, que financia investimentos e capital de giro para pequenas e médias empresas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

CAS aprova projeto que pode baratear remédios

Dentro de seis meses, segundo a proposta que será enviada ao plenário, começam a chegar às farmácias medicamentos identificados por seu nome genérico, que deverão ser vendidos por preços inferiores aos que se encontram no mercado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei da Câmara tornando obrigatória, além do nome comercial, a denominação comum brasileira ou o nome genérico do fármaco nos rótulos, bulas, embalagens e materiais promocionais dos medicamentos. Para o relator, a proposta, que agora vai para o plenário, pode reduzir os preços dos remédios.

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), considerou a aprovação dessa matéria "de extrema importância para a economia popular" e disse esperar que o plenário a aprove com a máxima urgência. Já Lúcio Alcântara destacou a experiência de países desenvolvidos, como os Estados Unidos e alguns europeus, que já adotaram políticas similares há mais de 20 anos e onde os produtos genéricos já ocupam 35% do mercado, por causa da diferença de preços, que varia de 20% a 70%.

RESPONSABILIDADE

Caberá à vigilância sanitária a responsabilidade de definir, em 90 dias, os critérios para o registro, o controle de qualidade, as provas de biodisponibilidade, a aferição da equivalência terapêutica e a dispensação, nos serviços de farmácia, dos medicamentos genéricos. A proposta também estabelece que a norma de identificação do produto pelo nome genérico alcançará os rótulos, as bulas, as embalagens e os materiais promocionais de medicamentos em um prazo de seis meses.

De acordo com o projeto, o nome genérico será adotado nas aquisições e nas prescrições médicas e odontológicas de medicamentos no



Lúcio Alcântara previu acesso de população mais pobre ao mercado de medicamentos

âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Do mesmo modo, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço, nas aquisições de medicamentos realizadas pelo SUS.

Para Lúcio Alcântara, do ponto de vista econômico a adoção do nome genérico poderá permitir "não apenas ampliar o mercado desses produtos como permitir o acesso ao mercado de medicamentos de setores populacionais de mais baixa renda, em decorrência da redução de preços". Essa redução, segundo o relator, decorrerá da ampliação da possibilidade de competição por preços, já que o médico não prescreverá marcas de medicamentos, mas princípios ativos, e o consumidor poderá escolher livremente a marca que mais lhe convier.

Adiada votação de proposta que extingue manicômios

O plenário do Senado adiou ontem, por quatro sessões, a votação em turno suplementar do substitutivo ao projeto que extingue progressivamente os manicômios, criando novos recursos assistenciais para pessoas portadoras de transtornos psíquicos. A decisão deve-se a um acordo de lideranças partidárias diante da quebra do entendimento entre as duas tendências: a antimanicomial, que quer acabar com os hospitais psiquiátricos, e uma segunda, que considera essencial manter a possibilidade de internação dos doentes mentais em hospitais especializados.

O projeto, de autoria do deputado Paulo Delgado (PT-MG), tramita há quase dez anos no Congresso. A proposição recebeu em dezembro último substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), aprovado em plenário. Esse substitutivo representou um consenso entre as duas correntes de tratamento psiquiátrico no Brasil, porque privilegia o atendimento ambulatorial, mas mantém os hospitais psiquiátricos desde que não tenham características de "depósito de loucos".

Ao acolher uma emenda retirando a exigência da presença do Ministério Público, por ocasião da alta de doentes há longo tempo internados, o relator abriu caminho para a quebra do consenso, no entendimento do senador Lucídio

Portella (PPB-PI). Ele considerou que, "sem a ação do MP, estaria aberto o caminho para despejo nas ruas de milhares de doentes mentais, engrossando as fileiras dos mendigos e sem-teto".

Já o relator Sebastião Rocha explicou que, como o plenário havia aprovado, por iniciativa dos líderes, um requerimento de urgência para apreciação da matéria, ele se viu forçado "a elaborar um parecer num tempo exíguo. Não foi este relator que se furtou ao entendimento". Rocha considera que o mais adequado "é um sistema híbrido, em que o modelo hospitalar esteja presente, mas não seja o ponto fundamental do sistema".

O plenário aprovou o pedido de adiamento, por quatro sessões, feito pelas lideranças partidárias, numa tentativa de procurar novos termos de consenso entre as duas correntes. Como o projeto já tramita no Senado há duas legislaturas, será arquivado se não for aprovado durante a convocação extraordinária que termina no dia 29 de janeiro.

O projeto contém avanços no tratamento psiquiátrico, porque dá prioridade ao tratamento ambulatorial, prevendo a criação de hospitais-dia e hospitais-noite e privilegiando medidas que garantam a reinserção do doente mental na sociedade e na família. A internação hospitalar é considerada como último recurso de tratamento e limitada a um tempo mínimo.



Sebastião Rocha explica as possíveis mudanças do tratamento psiquiátrico

Saúde mental é tema da TV Senado

O polêmico projeto que prevê a extinção gradativa dos manicômios é o assunto da entrevista com o senador Sebastião Rocha, que vai ao ar hoje na TV Senado. Autor do substitutivo ao projeto de alteração do sistema de tratamento das doenças mentais, apresentado pelo deputado Paulo Delgado, o senador explica o teor da proposta, já aprovada em primeiro turno pelo Senado.

Segundo Sebastião Rocha, o projeto não acaba de vez com as internações de pacientes que sofrem de doenças mentais. Estas internações, porém, deverão ocorrer em hospitais gerais e apenas em casos de emergência. Fundamentalmente, acabam as instituições de tratamento psiquiátrico que funcionam como asilos – os chamados manicômios.

CRITÉRIOS

O senador informou, também, que o principal ponto de discórdia na votação em segundo turno das emendas apresentadas ao substitutivo diz respeito aos critérios de "desinternação" progressiva dos pacientes psiquiátricos.

O programa, que será transmitido às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30, apurou a existência de 15 milhões de doentes mentais no Brasil, o que corresponde a 10% da população. Nos Estados Unidos, este contingente chega a 13%, mas a média em países desenvolvidos é de 7%. No início dos anos 90, 3% das mortes de pacientes internados em manicômios, no Brasil, aconteceram por maus tratos.



A quebra do consenso entre as duas correntes que negociavam o projeto abriu caminho para o adiamento da votação

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1999

1

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem). Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. Parecer nº 691/98-CDir, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar. Resultado: Lido e aprovado requerimento de votação para diligência. A matéria retornará à Ordem do Dia na sessão deliberativa ordinária de 21.1.99.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1998 (nº 620/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996. Parecer nº 2/99-CRE, Relator: Senador Artur da Távola, favorável. Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Mensagem nº 250, de 1998 (nº 1.385/98, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor Geraldo Affonso Muzzi, ministro de segunda classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam. Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Líderes devem estar à altura da crise, diz Melo

Senador defende avaliação do endividamento dos estados de forma responsável, “com lápis e papel na mão”, e a construção de uma realidade que permita a retomada do desenvolvimento nacional



Paulo Guerra afirma que o momento atual exige equilíbrio

Paulo Guerra quer condução serena para buscar soluções

Ao se manifestar sobre a crise enfrentada pelo país, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) apelou a todos os partidos para que, neste momento, os ânimos sejam amainados, de modo a que todos colaborem com o interesse público de equacionamento dos problemas sociais e econômicos. Não cabem agora “exacerbação de ânimos” nem manifestações que possam conduzir a seu agravamento, reiterou.

Para o senador, o momento atual da realidade brasileira é caracterizado “pela imperiosa necessidade de uma condução serena, equilibrada, de forma a termos as soluções necessárias ao país”.

O Congresso Nacional, nesse contexto, deve visualizar o país de corpo inteiro, realisticamente e sem subterfúgios, opinou Paulo Guerra, mesmo porque “a crise econômica revela de forma extensiva a crise social, em que a saúde e a educação reclamam respostas na direção da retomada do desenvolvimento”.

As diferenças que possam dividir as lideranças políticas do país não devem impedir o reconhecimento de que a questão principal é a capacidade dessas lideranças de estarem à altura da crise que o Brasil enfrenta, disse ontem o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Ele conclamou todos os “homens e mulheres de partido”, sem exceção, a criarem a necessária atmosfera de construção de uma realidade que permita a retomada do desenvolvimento nacional.

Geraldo Melo partiu do reconhecimento de que a crise é grave e de que há divergências em relação à condução da política econômica, entre os partidos e dentro do próprio governo, para destacar como estava a economia brasileira antes da implantação do Plano Real. O país não tinha moeda, tomado “por um processo histórico de inflação”, com profundos desequilíbrios entre os preços relativos das mercadorias e serviços, sem quaisquer referências, lembrou.

A ruptura desse processo, promovida pela nova moeda, permitiu um ordenamento “capaz de alterar o conjunto de expectativas de todos em relação ao dia de amanhã”, afirmou, salientando que reconhecer isso não implica deixar de reconhecer a crise atual.

– Mas estamos cada dia mais misturados uns aos outros, herdei-



Melo: reconhecer os resultados do Plano Real não significa deixar de reconhecer a crise atual

ros dos mesmos desafios – disse.

Em relação ao endividamento dos estados, Geraldo Melo avaliou que é preciso estudá-lo e dar-lhe um tratamento responsável, “mas com lápis e papel na mão”. Citou o caso do Rio Grande do Norte, em que cerca de US\$ 500 milhões obtidos com a privatização da empresa estatal de energia elétrica “foram derretidos” ao longo de cinco meses da campanha eleitoral de 1998, usados inclusive para pagamento da folha de pessoal.

Em aparte, Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que a moratória declarada pelo governo de Minas Gerais teve repercussão, mas que cabe ao governo federal simplesmente aplicar a lei, sem discussão. Lauro Campos (PT-DF), por outro lado, afirmou que a oposição não pode ser responsabili-

zada “por este barco em que todos nos encontramos”, mesmo porque ela não passa de “um passageiro de terceira classe”. O senador pelo Distrito Federal leu declaração do presidente da República, após encontro em que Lula alertou-o para a profundidade da crise, em que Fernando Henrique assegurava que a comunidade internacional não deixaria o Brasil quebrar.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) registrou que o debate a ser travado no país deve ser nos moldes propostos por Geraldo Melo: “não nega a crise, mas pede que os que apóiam e os que divergem do governo tratem o assunto com isenção, responsabilidade e segurança”. Só esse respeito recíproco permitirá a resolução da crise, acrescentou.



Suassuna considera inoportuna a moratória de Minas Gerais

Suassuna garante que PMDB estará ao lado do presidente

Como vice-líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB) comunicou que seu partido estará ao lado do governo Fernando Henrique Cardoso para colaborar no controle da crise que atinge o país. Levar o povo às ruas, como algumas lideranças estariam propondo, “é tornar ainda mais complexa a crise atual”.

O senador partiu das premissas de que houve um agravamento da situação financeira nacional e de que, na questão do endividamento dos estados, tanto estes como a União têm razão. Os governadores teriam razão ao quererem reduzir a parcela de suas finanças comprometida com o pagamento da dívida com a União. O governo, por sua vez, tem razão ao reiterar que as condições da renegociação realizada no ano passado foram vantajosas para os estados, afirmou o senador.

Suassuna endossou as manifestações de Edison Lobão (PFL-MA) e Geraldo Melo e atribuiu parte do acirramento da crise a motivos políticos. A moratória declarada por Itamar Franco, nesse sentido, teria sido feita “em momento inoportuno, com o país vulnerável”.

ACM afirma que Gustavo Franco prestou bons serviços

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comentou na manhã de ontem a demissão do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, destacando que ele “prestou bons serviços e ainda vai colaborar com o governo, como conselheiro na área econômica”.

De acordo com Antonio Carlos, “ninguém pode negar os méritos de Gustavo Franco”. O presidente do Senado considera, no entanto, que podem surgir divergências, e que essas divergências podem ser evitadas por meio da nomeação de pessoas que tenham pontos



Presidente do Senado salienta méritos de Gustavo Franco e lembra que ele continuará colaborando com o governo, como conselheiro

de vista mais convergentes com o que o governo quer atualmente. O senador observou que foi o

próprio presidente do Banco Central que avaliou “ser o momento de sair”.

Suplicy vê sinais de melhora na política monetária

Ampliação das bandas cambiais indica, segundo o senador paulista, “uma direção mais saudável”. Mas ele ainda espera confirmação da mudança das diretrizes do Banco Central

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o primeiro sinal emitido pelo governo federal após a mudança na presidência do Banco Central (BC) mostra que a política monetária “está caminhando em uma direção mais saudável”. O novo presidente do BC, Francisco Lopes, já assume com novas bandas cambiais: o dólar variará entre R\$ 1,20 e R\$ 1,32. O senador destacou que a margem para essa variação, antes limitada a 0,6%, passa agora para 5%.

O parlamentar ainda aguarda, no entanto, novos sinais que confirmem a intenção de Francisco Lopes de alterar as diretrizes que vinham sendo mantidas por seu antecessor, Gustavo Franco. Segundo o senador, o governo federal armou para si próprio uma armadilha, quando decidiu manter o real valorizado em relação a outras

moedas fortes por um período muito longo. Com isso, as importações cresceram mais que as exportações, o que acarretou um desequilíbrio na balança comercial, agravando o déficit em conta corrente. Para equilibrar esse rombo, o governo optou por manter as taxas de juros “a níveis excepcionalmente altos, tentando atrair capital de curtíssimo prazo e de natureza especulativa”.

Suplicy ressaltou que não faltaram alertas para que o governo percebesse tal armadilha. Segundo ele, “economistas do mais largo espectro”, como os deputados Antonio Delfim Netto (PPB-SP) e Maria da Conceição Tavares (PT-SP), já haviam salientado os perigos da sobrevalorização da moeda, mas a posição de Gustavo Franco era sempre pela manutenção da política cambial.

Senador descarta “efeito Itamar”

O senador Eduardo Suplicy descartou a possibilidade de que a grande evasão de divisas na terça-feira, com a saída de cerca de US\$ 1 bilhão do país, tenha sido consequência da moratória decretada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Para ele, foram as altas taxas de juros que levaram os governos estaduais a uma crescente dificuldade de equilibrar seus orçamentos.

Suplicy lembrou que o governador de São Paulo, Mário Covas, já manifestara, em seu discurso de posse, discordância com relação à política de juros altos, reforçada pelos governadores que apóiam o governo, reunidos terça-feira em São Luís (MA).

– Não foi o governador Itamar Franco o responsável pela saída de recursos. Isto aconteceu em decorrência da política econômica do governo, que precisava de

uma correção extremamente severa – afirmou Suplicy.

O senador espera que o presidente da República esteja realmente aberto a uma correção da política econômica. Lembrou o discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato, quando prometeu erradicar a miséria e a fome e promover o crescimento e a oferta de empregos. Lamentou que mães de família, grávidas e com quatro filhos para criar, hoje queiram se jogar de prédios em decorrência do desemprego, como ocorreu segunda-feira, em São Paulo.

Por duas vezes, em seu discurso, Suplicy conclamou os senadores integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos a aprovar requerimento formulado por ele e pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM) para que os governadores venham ao Senado discutir as dívidas estaduais.



Eduardo Suplicy afirma que o governo armou para si próprio uma armadilha quando decidiu manter o real valorizado em relação a outras moedas

Lobão rebate críticas de opositoristas

Na opinião do senador Edison Lobão (PFL-MA), a oposição no Senado “propugna pelo que Bakunin (teórico do Anarquismo) também propugnava, ou seja, a desgraça total”. Em comunicação de liderança feita da tribuna, o parlamentar afirmou que a oposição, embora não seja numerosa, é bastante ativa na pregação do caos econômico para o país.

Para o senador, “ou todos juntos saem da crise que o país enfrenta, ou todos afundam com ela”. Ele afirmou que a oposição acredita, no entanto, estar em uma espécie de arca de Noé e poder escapar.

Edison Lobão lembrou que, quando assumiu o governo do Maranhão, o estado gastava 75% de sua arrecadação com a folha de pagamento de pessoal. Os 25% restantes eram utilizados para o pagamento das dívidas estaduais.

– Declarei moratória? Não! Procurei acionar os meus secretários e os meus assessores e encontrar um caminho para resolver os problemas do meu estado – disse Lobão.

Segundo ele, mediante um “gigantesco esforço”, seu governo conseguiu reduzir a folha de pa-

gamento de 75% das receitas para apenas 38%. Assim, disse ter conseguido fazer “milhares de obras” sem receber um centavo sequer de ajuda.

Para Lobão, o comprometimento de 13% das arrecadações estaduais com o pagamento das dívidas não é um valor exagerado. O que é excessivo é o montante gasto com o pagamento de pessoal, embora ele não veja nenhum governador reclamar desse fato, frisou, citando tabela publicada no jornal *O Globo*, segundo a qual Alagoas gasta 93% de sua arrecadação com a folha de pagamento, índice que alcança mais de 80% no Rio de Janeiro.

O parlamentar criticou a afirma-

ção do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para quem, entre os desatinos do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, o maior deles era ter nomeado Fernando Henrique Cardoso ministro da Fazenda. Lobão afirmou que desatinado quer dizer louco, demente ou sandeu, o que não se aplica ao ex-presidente.

– Nem mesmo o presidente desta Casa, que teve as suas diferenças com Itamar, tratou-o desta maneira. Ao contrário, o presidente Antonio Carlos Magalhães declarou que Itamar Franco é um homem educado e que portanto encontraria um caminho para resolver os seus problemas – disse Edison Lobão.



Lobão: criticar o presidente é ofender o povo que o elegeu duas vezes em primeiro turno



Fala, Cidadão

Nesta sessão, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

0800 612211

SÉRGIO FABIANO CABRAL, DE NATAL, NO RIO GRANDE DO NORTE

Pergunta ao senador Josaphat Marinho (PFL-BA) como, diante da atual crise financeira, o país vai poder financiar as campanhas políticas.



Josaphat Marinho: A questão levantada por Sérgio Fabiano Cabral mostra que o cidadão brasileiro está acompanhando, como do seu dever, a situação da política e as mudanças a serem introduzidas na legislação.

Em primeiro lugar, quero dizer que não partiu de mim a idéia de estabelecer o pagamento das campanhas com dinheiro público. Mas isto é uma situação que se está verificando em diferentes partes do mundo, com o objetivo de impedir o abuso do poder econômico. Na situação atual, os que podem, os que têm fortuna, usam dela para esmagar os candidatos que não têm condição de

arcar com as despesas da campanha.

Há uma comissão que trata da reforma política. Do trabalho dessa comissão é que vem a idéia de transformar as despesas da campanha em obrigação do poder público. É a forma de igualar os candidatos.

Mas esse novo sistema só será estabelecido no instante em que for conveniente à nação. Não se cuida de implantar isto imediatamente. Por outro lado, acredito que só se pode atribuir ao poder público a responsabilidade de estender as campanhas políticas quando se proceder à reforma dos partidos, isto é, quando eles forem reestruturados devidamente.

“Presidente precisa de ajuda de todos”

Ao criticar o presidente da República, afirmou o senador Edison Lobão em seu discurso, a oposição ofende também o povo brasileiro, que o elegeu por duas vezes em primeiro turno, por grande maioria de votos.

Lobão destacou ainda a condenação, por parte dos governadores aliados do governo federal, reunidos terça-feira em São Luís, da moratória decretada por Itamar. Para ele, as dívidas estaduais têm de ser pagas. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pediu um aparte, regimentalmente proibido porque Lobão fazia uma comunicação de li-

derança. Josaphat acatou a proibição, mas afirmou que só queria dizer que “a *Carta do Maranhão* é a exposição de motivos do ato do governador mineiro”.

Edison Lobão afirmou que não se pode continuar acusando o governo e criando embaraços para o presidente da República, sob pena de não se chegar a uma solução para a crise em que o país se debate. Segundo ele, o que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa, no momento, é de colaboração, compreensão e ajuda dos parlamentares e de todo o povo brasileiro.



A INFORMAÇÃO DIRETA, SEM ESCALAS

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília. Seu objetivo é encurtar a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma

visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perde no espaço.

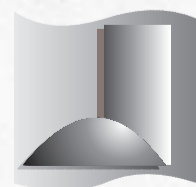
EMBARQUE NOS ACONTECIMENTOS COM SEGURANÇA. LEIA O JORNAL DO SENADO

SUA OPINIÃO VIRA NOTÍCIA. ESCREVA PARA O JORNAL DO SENADO.

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º andar, CEP 70.165-920

e-mail: jornal@senado.gov.br

NOSSOS AGRADECIMENTOS A: LIDER TAXI AÉREO - TAM - TRANSBRASIL - VARIG - VASP



Teotônio cobra esforço para punir matadores

Indignado com a morte da deputada Ceci Cunha, senador lamenta que políticos de Alagoas estejam comprometidos com pistoleiros e pede ao Congresso que não permita que a vergonha macule os mandatos

Em discurso que durou mais de uma hora, com apartes de 11 parlamentares, o senador Teotônio Vilela Filho pediu, ontem, que o Congresso Nacional, Alagoas e o Brasil realizem todos os esforços de modo a serem identificados e punidos os responsáveis pelo assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL).

– A indignação que se levanta varrerá de nossa terra a impunidade que junta, na promiscuidade mais revoltante, políticos e pistoleiros, policiais e bandidos, empresários e matadores de aluguel – afirmou Teotônio, ao lembrar, em plenário, o assassinato da deputada, junto com três familiares, ocorrido em 16 de dezembro passado.

Além da morte de Ceci, Teotônio se disse entristecido por notar “que políticos de Alagoas se vejam comprometidos com matadores de aluguel”.

– Até quando se jogará contra a minha



Teotônio diz que Ceci Cunha virou “um grito de indignação contra a impunidade que sacode o país”

terra o estigma do crime e da impunidade? – questionou, para depois fazer uma análise sobre a violência em seu estado.

Somente a punição dos responsá-

veis pelo assassinato poderá, segundo o senador, sinalizar com o cumprimento da lei, desestimulando outros “crimes de aluguel”.

– Há 28 dias ela era uma presença constante nos corredores do Congresso, carregando soluções para os problemas de Alagoas. Hoje, virou saudade. Há 28 dias ela era exemplo de parlamentar marcada pela ética de sua prática permeada pelo compromisso político com a promoção social dos nordestinos. Hoje, virou referência para o partido e para o Parlamento. Há 28 dias ela era a chama de vida na luta pela organização popular no agreste de Alagoas e, particularmente, em sua Arapiraca. Hoje, virou um grito de indignação contra a impunidade que sacode o país – disse Teotônio, ao apelar à consciência do Congresso para que não permita que a vergonha macule os mandatos.



Parlamentares e o vice-presidente da República compareceram à missa

ACM comparece à missa em memória da deputada

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, compareceu à missa em memória da deputada Ceci Cunha, realizada ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional. Também participaram do ato religioso o vice-presidente da República, Marco Maciel, e sua esposa, Ana Maria, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, os ministros Pimenta da Veiga e José Serra, e grande número de parlamentares e

servidores.

Cada uma das deputadas presentes depositou um ramo de flores ao pé do altar, em homenagem à colega, assassinada com o esposo no dia 16 de dezembro. A missa foi oficiada pelos deputados padre Roque e padre José Linhares, pelo padre José Carlos Aleixo, e pelo monsenhor Luiz Barbosa, que veio especialmente de Arapiraca, município onde residia a deputada.

Para senadores, crime manchou vida política

Primeiro a apartear Teotônio, o senador Júlio Campos (PFL-MT) declarou-se solidário com o sofrimento do povo alagoano e dos familiares de Ceci. Para ele, o assassinato “brutal” manchou a vida política do estado.

– Era uma figura acima dos interesses políticos e econômicos e por isso era consagrada pelo voto popular. Perderam a democracia e o estado de Alagoas. Os assassinos e, principalmente, os mandantes desse bárbaro crime devem ser julgados com severidade – disse Júlio Campos em nome de seu partido e da população de Mato Grosso.

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) acredita que Ceci representou um exemplo de solidariedade em relação aos menos favorecidos, lembrando que teve a oportunidade de testemunhar a atenção da deputada no episódio das vítimas da hemodiálise em Caruaru (PE).

– Não podemos deixar que Alagoas

fique permanentemente nas páginas policiais, marcada por atos de violência – afirmou Carlos Wilson.

Por ter acompanhado a intensa atividade política da deputada na Comissão Mista de Orçamento, o senador An-

Ação da deputada em favor da população pobre de seu estado é lembrada por parlamentares

tonio Carlos Valadares (PSB-SE) relatou que Ceci trabalhava intensamente em busca de recursos para seu estado.

– Que esse acontecimento jamais volte a se concretizar no estado de Alagoas, em que os dirigentes merecem

o nosso respeito – disse Valadares.

Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), o crime por encomenda é o que mais intranquiliza a população. Ele colocou sua experiência como policial à disposição na investigação do crime.

Na opinião do senador Djalma Falcão (PMDB-AL), a morte de Ceci Cunha causou comoção em todo o Brasil. Para ele, a sociedade alagoana não pode ser confundida com “meia dúzia de bandidos”. Ele destacou ainda o papel que o ministro da Justiça tem desempenhado na apuração do crime e cobrou punição exemplar de todos os culpados.

Nesse momento, Teotônio voltou ao seu discurso para concordar com Falcão sobre a dedicação do ministro no sentido de que o assassinato seja esclarecido. Segundo ele, Renan Calheiros tem dado todo o apoio às investigações.

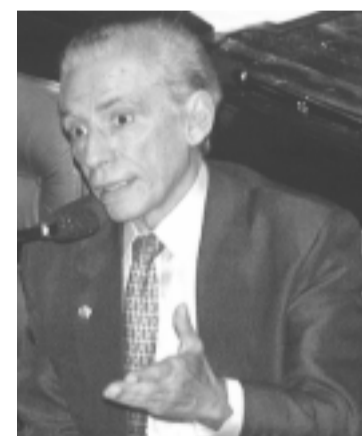
Falcão diz que Alagoas está indignada com a violência

Ao condenar o assassinato da deputada federal Ceci Cunha e pedir à Justiça uma punição exemplar para os assassinos, o senador Djalma Falcão (PMDB-AL) afirmou que não admite que o estado de Alagoas e a sua população sejam punidos pelo crime. Ele argumentou que não se pode confundir a ação criminosa de marginais com a sociedade, que condena esta prática.

Isentando de qualquer responsabilidade o seu estado pelo crime, Djalma Falcão disse que punir Alagoas seria o mesmo que culpar a sociedade de São Paulo pelas mortes em Carandiru, os paraenses pelo assassinato de sem-terra e a população do Rio de Janeiro pela chacina de Vigário Geral.

Na avaliação de Falcão, Alagoas, através de suas tradições culturais, humanitárias e políticas, não concorda com a ação de pistoleiros e pessoas violentas, que com seus atos terminam manchando não só o estado, mas sua população.

– Alagoas, tanto quanto o restante da nação brasileira, está indignada com a morte de Ceci Cunha, com seu trucidamento bárbaro, e quer que se apurem as causas deste crime. Que se apontem os culpados, mandantes e mandados, e



Falcão não duvida da motivação política do crime, “porque deputada não tinha inimigos”

que eles sejam entregues ao julgamento do Poder Judiciário – disse Djalma Falcão.

Na opinião do senador por Alagoas, na hipótese de um deputado ter sido o mandante do crime, a Câmara deverá cassar seu mandato, para que ele responda por seus atos junto ao Poder Judiciário. Falcão disse não ter dúvidas da motivação política para o crime, já que Ceci Cunha, na sua avaliação, não tinha inimigos pessoais.

Oposição reconhece qualidades da parlamentar

Em nome do Bloco Oposição e de seu partido, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou solidariedade aos familiares e a todo o povo de Alagoas. Para ele, o crime “ceifou a vida de Ceci no momento em que dava tudo de si, em que granjeava o respeito de todos os seus pares no Congresso Nacional”.

Nas poucas oportunidades de trabalho que tiveram juntas, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse ter notado que a deputada Ceci Cunha sempre agia com atenção e carinho em relação aos mais necessitados.

– Esse crime não pode ficar impune. A impunidade é um incentivo para que se pratiquem outros crimes dessa natureza – avaliou Marluce.

Pela liderança do PSDB, o senador Sérgio Machado (CE) revelou-se indignado. Segundo ele, Ceci nunca teve ódio

em seu coração.

– Esse crime motivado por razões de interesse mesquinho retirou-lhe a vida e de seus familiares de maneira violenta. Chegou a hora de se dar um basta ao banditismo e à pistolagem em Alagoas e mudar definitivamente essa forma bárbara de fazer política – resumiu Machado.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) registrou a dedicação de Ceci, que aproveitou a audiência do ministro da Saúde, José Serra, “para cobrar inúmeros pleitos de sua base no estado”.

– Dirijo-me ao Poder Judiciário para que, em se provando que o mandante foi o suplente, e tudo indica que foi exatamente isso, que esse meliante não seja apenas cassado, mas que seja colocado na cadeia – demandou o senador do Pará, que manifestou sua descrença na Justiça por não ter punido os parlamentares en-

volvidos no escândalo do Orçamento, o ex-presidente Fernando Collor e o ex-deputado Sérgio Naya.

A reputação de Ceci Cunha na Câmara dos Deputados foi destacada pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Para ele, que, ao contrário de Ademir, revelou sua confiança na Justiça, depois de todos os procedimentos, os responsáveis devem ser presos.

O número de apartes ao discurso de Teotônio foi o fato utilizado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) para medir a importância do assunto abordado pelo senador por Alagoas, que teria autoridade para isso, pela sua “linhagem”.

Após o pronunciamento de Teotônio, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solidarizou-se com seu colega e com o povo de Alagoas pela perda de Ceci Cunha.

Porto quer desobstruir Justiça do Trabalho

Senador propõe a criação das câmaras intersindicais de conciliação, com base em experiências adotadas em Patos de Minas e Londrina. Almir Pazzianotto apóia a idéia, que será debatida pela TV Senado

A criação de câmaras intersindicais de conciliação, como alternativa para desobstruir, agilizar e reduzir custos da Justiça trabalhista, está sendo proposta pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG). A proposta será o tema em debate no programa *Cidadania*, que a TV Senado exibirá na próxima segunda-feira (18). Foram convidados o vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, e o senador Arlindo Porto, autor do projeto de lei que institui o novo espaço de negociação.

Para o ministro Pazzianotto, a proposta surge num momento ideal, quando os tribunais trabalhistas registram alta demanda, com cerca de 2,5 milhões de ações ajuizadas anualmente. Tal fato torna a Justiça do Trabalho lenta e de custo elevado. O ministro informa, também, ter acompanhado experiências similares já em funcionamento em Patos de Minas e em Londrina (PR), com resultados que considera bastante positivos.

EXPERIÊNCIAS

O senador Arlindo Porto lem-

bra que as experiências já em andamento provam que mais de 70% dos conflitos trabalhistas são resolvidos pelas câmaras de conciliação, sem a necessidade de acionar a Justiça trabalhista. Ele lembra que, com a aprovação de seu projeto de lei, somente em último caso os conflitos serão enviados para a Justiça do Trabalho, proporcionando condições para sua melhor qualificação e para o fortalecimento dos sindicatos pela via da negociação. Porto esclarece, ainda, que as câmaras intersindicais de



Arlindo Porto: experiências demonstram que mais de 70% dos conflitos podem ser resolvidos pelas câmaras de conciliação

conciliação possibilitarão que os conflitos trabalhistas sejam tratados com muito mais realismo,

respeitadas as características de onde ocorram, sejam no meio urbano ou no meio rural.

Rádio Senado entrevista Ziraldo e Dóris Monteiro

Ziraldo, o autor de *O Menino Maluquinho*, é o entrevistado deste fim de semana no programa *Autores e Livros*, produzido pela Rádio Senado. Caricaturista, poeta e jornalista, além de escritor de livros e peças infantis, Ziraldo tornou-se um desenhista e humorista conhecido do público brasileiro a partir da década de 60, quando começaram a aparecer seus cartuns e charges políticas no *Jornal do Brasil* e na revista *O Cruzeiro*. O programa, que vai ao ar no sábado (16), às 10h30, e no domingo (17), às 19h30, é apresentado pela escritora Margarida Patriota. E o programa *Especial do Mês* apresenta também no sábado, às 20h, uma entrevista com a cantora Dóris Monteiro, que inaugurou o estilo de cantar suave, considerado precursor do jeito intimista das cantoras da Bossa Nova. Além da entrevista, em que Dóris faz uma retrospectiva de sua carreira, o *Especial* inclui sucessos consagrados na voz da cantora, como *Dó-Ré-Mi* e *Mocinho Bonito*, de Fernando Cezar e Billy Blanco, e músicas cantadas em parceria com Lúcio Alves, como *De Conversa em Conversa* e *Mudando de Conversa*. O programa vai ao ar no sábado (16), às 20h, com reprise no sábado seguinte, no mesmo horário. Com apresentação do senador



Artur da Távola, *A Música Erudita e seus Mestres* traz, neste fim de semana, a obra do compositor da trilha sonora de filmes, como *Dr. Jivago*, *Passagem para a Índia* e *Ghost*. O programa será transmitido no sábado (16) e no domingo (17), às 11h. Também vão ao ar neste fim de semana mais dois programas apresentados pelo senador: *A Música do Brasil*, que traz uma nova coletânea de sucessos da MPB, como *Emoções*, de Roberto e Erasmo Carlos, e *Juventude Transviada*, de Luiz Melodia; e *Brahms: Vida e Obra*, que em sua 33ª edição apresenta a *Sonata n.º 2 para Clarinete e Piano - opus 120*. Segundo Távola, a obra é "um canto de despedida carregado de humildade e dignidade". *A Música do Brasil* vai ao ar no sábado (16), às 16h, e no domingo (17), às 22h. Já o programa sobre Brahms será transmitido no sábado (16), às 22h, e no domingo (17), às 17h.



A reação do Senado frente às medidas de exceção do governo Castelo Branco

O entusiasmo inicial do Congresso pelo regime militar acaba rapidamente. Com as perseguições atingindo vários parlamentares, o apoio do Senado ao desempenho do novo governo passa a ser condicional. A cassação do senador Juscelino Kubitschek, em junho de 1964, é lamentada pelos senadores Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro. Ambos elogiam o governo JK, destacando os benefícios aos flagelados do Nordeste, através da criação da Sudene e da implantação de açudes e de serviços de abastecimento de água na região.

Argemiro de Figueiredo impõe condições para que ele e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apoiem o novo governo: "Se a revolução se processar nos termos em que o presidente Castelo Branco se comprometeu perante a nação (...) e preocupar-se, só e só, com a solução dos problemas nacionais, terá minha cooperação e a de meus correligionários".

Além das manifestações de apoio, surgem, aqui e ali, protestos contra as arbitrariedades praticadas pelo regime militar: o senador Josaphat Marinho critica a nomeação de um interventor militar que suspende as atividades da Faculdade de Filosofia da Uni-



JK: cassação lamentada no Senado

versidade Federal de Minas Gerais. Josaphat pede "a correção do abuso praticado". E o senador Edmundo Levy protesta contra a cassação do governador do Amazonas, Plínio Coelho.



Moura Andrade: reeleito quatro vezes

Apesar dessas vozes insatisfeitas, o Congresso aprova em julho, com a diferença de apenas um voto, a emenda constitucional que prorroga o mandato do presidente Castelo Branco até 15 de março de 1967.

INVESTIGAÇÕES

Em outubro de 64, os próprios presidentes do Senado, Moura Andrade, e da Câmara, Raniere Mazzilli, são objeto de investigações revolucionárias pelos inquéritos policiais militares (IPMs). Eles são acusados de corrupção em negócios da Caixa Econômica de São Paulo. A denúncia, baseada em dados vagos e inconsistentes, provoca protestos no Congresso Nacional. Para enfrentar o problema, Moura Andrade abandona seu tratamento de saúde na Alemanha e volta ao país. E em entrevista à imprensa ele declara que o objetivo das acusações é desmoralizar o Parlamento. O presidente do Senado alerta para o perigo de fechamento do Congresso e se dispõe a abrir mão das imunidades parlamentares para facilitar a apuração das denúncias.

Em fevereiro do ano seguinte, Moura Andrade é reeleito pela quarta vez consecutiva presidente do Senado e do Congresso Nacional.

Senado aprova nome de embaixador na Malásia

Os senadores aprovaram ontem, por unanimidade, a indicação do diplomata Geraldo Afonso Muzzi para assumir o cargo de embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato Brunei Darussalam. O nome de Muzzi para chefiar as duas missões diplomáticas recebeu o voto favorável de 61 senadores. Em seguida, o plenário apreciou

requerimento de urgência para a tramitação do projeto de lei sobre o ensino no Exército brasileiro. Segundo o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o projeto, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e faz parte da pauta da convocação extraordinária do Congresso, constará da Ordem do Dia de votação do próximo dia 21, quinta-feira da semana que vem.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Unibiótica
7h30 - *Especial Unip* - Assunto: Botânica - 1ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Ginástica Olímpica
8h30 - *Especial Unip* - Assunto: Grippes e resfriados - 1ª parte
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Paraná
9h30 - *Entrevista* com o senador Sebastião Rocha sobre o projeto que propõe a extinção gradativa dos manicômios
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - Sessão plenária (ao vivo) - em discussão a Proposta de Emenda Constitucional que aumenta e prorroga a CPMF
12h - *Cores do Brasil* - Bahia
12h30 - *Entrevista* com o senador Sebastião Rocha
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Olinda
13h30 - *Debate* - O senador Ademir Andrade e o professor da UnB Aiporê Rodrigues debatem o papel dos institutos de pesquisa no processo eleitoral brasileiro
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 - *Cores do Brasil* - Brasília
19h - *Palestra* - Lideranças e liderados, com Edegar Schutz

20h30 - *Entrevista* com o senador Sebastião Rocha
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Debate* - O senador Ademir Andrade e o professor da UnB Aiporê Rodrigues
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Mercosul ganha protocolo de integração cultural

Senado aprovou projeto que referenda acordo assinado em 1996, em Fortaleza, pelos quatro países integrantes do mercado continental

O Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo com o texto do protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

Para o relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o protocolo propicia condições institucionais para o eficaz aprofundamento das relações entre os países do Mercosul no campo da cultura, "elemento preponderante no processo de integração, capaz de gerar novas trocas nos planos material e simbólico".

Távola assinalou que o adensamento do intercâmbio cultural, nos termos do protocolo, deverá gerar o aperfeiçoamento nas relações entre os mercados nacionais dos quatro países (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), "no momento em que as exigências inerentes à globalização tornam mais do que oportuna a troca cultural sistemática



Távola acha que acordo põe fim a barreiras inimagináveis ao trânsito dos bens culturais

com os países latino-americanos e, em especial, com os vizinhos integrantes do Mercosul".

Segundo o senador pelo Rio de Janeiro, o protocolo intensifica o livre intercâmbio de bens culturais e a troca de experiências no setor, podendo acabar com as barreiras alfandegárias

inimagináveis que surgem, por exemplo, para impedir o trânsito de obras de arte quando uma exposição quer percorrer vários países:

— Se não têm sentido na economia, esses entraves são ainda mais obsoletos no campo da cultura — finalizou o senador Artur da Távola.

TV debate pesquisas eleitorais

O resultado de uma eleição não é mais determinado pelos eleitores, mas sim pelos institutos de pesquisa.

Foi o que afirmou, em debate na TV Senado, o senador Ademir Andrade (PSB-PA), para quem houve manipulação das últimas pesquisas eleitorais.

Vice-presidente da CPI mista que investiga as denúncias de irregularidades envolvendo os institutos de pesquisa, o senador defendeu uma data limite para a divulgação dos resultados das pesquisas — 30 dias antes das eleições.

Ademir também fez um balanço dos trabalhos da CPI e sugeriu sua reconvocação na legislatura que se inicia no próximo mês.

Discutiu o assunto com Ademir Andrade o estatístico e professor da Universidade de Brasília Aiporê Rodrigues, que avaliou tecnicamente o grau de confiabilidade das pesquisas.

Os dois convidados debateram, ainda, formas de fiscalizar e controlar o trabalho dos institutos de pesquisa, tarefa que, para Aiporê, a Justiça Eleitoral pode não ter a capacidade de desenvolver.

O programa vai ao ar hoje às 5h, 13h30 e 21h15, e será retransmitido no sábado (16), às 19h30.



Ademir Andrade

Suplicy lembra luta de Calmon contra sonegação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) exaltou ontem a memória do ex-senador João Calmon, falecido na madrugada da última segunda-feira.

Ele afirmou ter-se tornado amigo de Calmon, além de grande admirador, por sua "extraordinária batalha" a fim de que o Brasil pudesse dedicar à educação os recursos necessários para que todo brasileiro tivesse direito ao ensino gratuito de qualidade.

Suplicy lembrou também que Calmon foi, ao mesmo tempo, um ativo combatente contra a sonegação de impostos. Recordou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta no Senado para investigar o assunto, quando o ex-parlamentar lutou para que houvesse extremo rigor nas apurações.

De acordo com Suplicy, Calmon apresentou aos senadores uma es-

timativa segundo a qual o montante sonegado equivalia ao total arrecadado:

— Ele exigia que o Congresso Nacional e o Poder Executivo tomassem medidas para que isso fosse evitado — afirmou Suplicy.

PESAR

O senador disse que se associava ao povo do Espírito Santo — estado natal de Calmon, pelo qual foi eleito por duas vezes deputado federal e por três vezes senador —, à família e aos amigos do ex-parlamentar no profundo pesar manifestado pelo seu falecimento.

No exercício da presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) externou sua solidariedade à manifestação de Suplicy, uma vez que ele também ainda não tivera oportunidade de mostrar sua consternação pela morte de Calmon.



Suplicy recordou a participação de Calmon na CPI do Senado que investigou a sonegação fiscal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DV
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Começa o segundo turno de discussão da CPMF

O Senado inicia hoje o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A contribuição, de acordo com a proposta, vai vigorar por mais 36 meses, com alíquota de 0,38% no primeiro ano e 0,30% nos anos seguintes. O texto da PEC determina que os recursos arrecadados com a CPMF serão destinados à Saúde e à Previdência Social.

A matéria foi aprovada em primeiro turno na semana passada e precisa agora de três dias de discussão em segundo turno. Só então poderá ser votada. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, marcou a votação para a próxima terça-feira. A proposta em discussão é de autoria do senador licenciado Elcio Alvares, atual ministro da Defesa. A elevação da alíquota da CPMF dos atuais 0,20% para 0,38% nos doze primeiros meses de vigência deverá gerar, segundo cálculos do governo, uma arrecadação de R\$ 15,3 bilhões. No primeiro turno de votação, o debate em torno da proposta durou mais de duas horas. Dezesesseis senadores discursaram a favor e contra sua aprovação. A oposição lembrou que o governo reduziu as verbas orçamentárias para a Saúde assim que a CPMF entrou em vigor, mas os parlamentares que formam o bloco governista argumentaram que a aprovação da proposta é considerada essencial dentro do esforço de ajuste fiscal.

Plenário aprecia hoje dois tratados de transferência de presos

Textos dos acordos celebrados com Chile e Argentina, que podem beneficiar os envolvidos no seqüestro do empresário Abílio Diniz, foram aprovados ontem pela CRE

O plenário do Senado deverá votar hoje os projetos de decretos legislativos que aprovam os textos dos tratados sobre a transferência de presos condenados, celebrados pelo governo brasileiro, separadamente, com o Chile e a Argentina. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres da relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS), favoráveis aos dois projetos.

Na opinião da senadora, a aprovação dos dois tratados está sendo muito aguardada pela sociedade, devido à repercussão da greve de fome dos envolvidos no seqüestro do empresário Abílio Diniz, que serão os primeiros beneficiários da medida. Emília Fernandes acrescentou que os acordos podem trazer conseqüências louváveis, como evitar a impunidade, facilitar a assistência familiar aos presos e trabalhar pela sua reabilitação.

O tratado celebrado com o Chile contém dez artigos que dispõem sobre o cumprimento das penas de detenção impostas no Brasil a chilenos, e no Chile a brasileiros. Alguns requisitos condicionam a aplicação do acor-



A Comissão de Relações Exteriores examinou ontem acordos que estabelecem a possibilidade de transferir presos condenados

do, entre eles a exigência de que devem restar pelo menos seis meses de pena a cumprir no momento da solicitação da transferência, que a sentença deve ser definitiva e transitada em julgado, e que o condenado deve consentir na transferência.

Fica ainda determinado, no acordo com o Chile, que a pena imposta pelo país remetente não poderá ser aumentada, prolongada ou diminuída pelo país receptor. O texto estipula também que somente o Estado remetente terá

competência para julgar um recurso de revisão da pena, e o Estado receptor deverá comprometer-se a executar quaisquer modificações introduzidas.

De acordo com Emília Fernandes, o tratado assinado entre Brasil e Argentina também contém cláusulas que conferem aos dois países o direito de permitir ou não a transferência de presos, e de exigirem o cumprimento das penas impostas. Ela acrescentou que o tratado tem conteúdo compatível com o direito penal humanitário.

– A reinserção social das pessoas condenadas constitui-se no elemento fundamental do direito penal contemporâneo, contrariamente aos velhos princípios justificadores da pena, que enfatizavam o caráter expiatório e aflitivo da punição – comentou a senadora.

Na presidência da Comissão de Relações Exteriores, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que a tramitação dos projetos de decretos legislativos que tratam dos dois tratados foi agilizada por um requerimento de urgência de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Participaram da reunião da Comissão de Relações Exteriores os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Emília Fernandes, Pedro Simon (PMDB-RS), João Rocha (PFL-TO), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Geraldo Cândido (PT-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP), José Alves (PFL-SE), Abdias Nascimento (PDT-RJ), Eduardo Suplicy, Mauro Miranda (PMDB-GO) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
CPMF			
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada, em 1º turno, em 6/1/99. Início da discussão, em 2º turno, em 14/1/99
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ em 13/1/99
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 42/98	Institui o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ em 13/1/99
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ em 13/1/99
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
Outros assuntos			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	Aprovado em 7/1/99. À sanção
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	Constará na Ordem do Dia de 21/1/99
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	CE
PLC 48/98	Ensino no Exército Brasileiro	aguardando designação de relator	Apreciação na CCJ em 13/1/99
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Aprovado em 7/1/99. À sanção
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Apreciação na CAS em 13/1/99
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	aguardando designação de relator	CAS
PLC 03/99	Institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	aguardando designação de relator	CE

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Carlos Patrocínio e Levy Dias